



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

CARTA DAS MISSÕES – 2026

XXIX ENCONTRO MISSIONEIRO DE VEREADORES, ASSESSORES E SERVIDORES LEGISLATIVOS EM PORTO ALEGRE

A **Associação dos Legislativos das Missões – ALM**, entidade representativa que congrega as Câmaras Municipais de Vereadores dos vinte e sete municípios que integram a Região Missioneira do Estado do Rio Grande do Sul, reuniu-se, com expressiva participação de aproximadamente **90 vereadores, assessores e servidores legislativos**, no **XXIX Encontro Missioneiro de Legislativos**, realizado entre os dias **26 e 29 de maio de 2026**, na cidade de **Porto Alegre/RS**.

O encontro teve suas atividades desenvolvidas no **Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul** e no **Plenário Romildo Bolzan, junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS**, espaços institucionais de elevada relevância para o debate público, a qualificação da atuação legislativa municipal e o fortalecimento da interlocução entre os Poderes Legislativos locais e as instâncias estaduais de decisão.

A partir das discussões realizadas durante o encontro, e diante da realidade vivenciada pelas comunidades missioneiras nas mais diversas áreas — especialmente **saúde, infraestrutura, segurança pública, agricultura, desenvolvimento econômico, turismo, cultura e fortalecimento dos serviços públicos regionais** —, os representantes dos legislativos municipais deliberaram pela elaboração da presente **CARTA DAS MISSÕES – 2026**, documento que expressa, de forma coletiva, coordenada e institucional, as principais reivindicações da Região das Missões.

A presente Carta constitui instrumento legítimo de **representação política, articulação federativa e defesa regional**, reafirmando o papel dos vereadores como interlocutores diretos entre a população missioneira e o Poder Público Estadual. Mais do que uma simples reunião de pleitos municipais, este documento traduz uma agenda regional de desenvolvimento,

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESSEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUIS
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-LIÚIS
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

construída a partir da escuta das comunidades, da experiência cotidiana dos parlamentares locais e da necessidade de respostas concretas às demandas que impactam diretamente a vida da população.

Nesse sentido, os signatários, por meio da Presidência da **Associação dos Legislativos das Missões – ALM**, formalizam o encaminhamento das postulações a seguir elencadas, dirigidas ao **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**, às Secretarias Estaduais, aos órgãos técnicos competentes, à Assembleia Legislativa e às demais autoridades constituídas, na expectativa de que recebam o devido acolhimento, prioridade administrativa e encaminhamento efetivo, compatível com a importância histórica, social, econômica e cultural da Região das Missões para o Estado do Rio Grande do Sul.

1º) SAÚDE PÚBLICA, ATENDIMENTO REGIONAL E FORTALECIMENTO DA REDE ASSISTENCIAL

A saúde pública permanece como uma das principais prioridades da Região das Missões, especialmente diante das dificuldades enfrentadas pelos municípios no acesso a consultas especializadas, exames, procedimentos, cirurgias, atendimento materno-infantil e serviços hospitalares de média e alta complexidade.

A realidade regional demonstra que a distância entre os municípios, a limitação de transporte sanitário, a sobrecarga dos hospitais de referência e a existência de demanda reprimida exigem do Estado uma atuação planejada, regionalizada e permanente, capaz de assegurar que a população missioneira tenha atendimento adequado, humanizado e resolutivo.

A saúde, enquanto direito fundamental assegurado pela Constituição Federal, deve ser garantida de forma equitativa, considerando as peculiaridades territoriais, sociais e econômicas das comunidades do interior. Por isso, os legislativos missioneiros reivindicam a ampliação dos investimentos e a qualificação dos fluxos de atendimento no âmbito do Sistema Único de Saúde.



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUIS
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

a) Manutenção e ampliação das consultas, exames e atendimentos especializados na Região das Missões

Reivindica-se ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul e à Secretaria Estadual da Saúde a **manutenção, ampliação e qualificação da oferta de consultas, exames e atendimentos especializados destinados à população de São Luiz Gonzaga e de toda a Região das Missões**, evitando qualquer redução na disponibilidade de serviços públicos regionais de saúde.

A demanda reprimida existente exige a ampliação dos procedimentos de média e alta complexidade, com fortalecimento do atendimento especializado pelo SUS, a fim de reduzir filas, evitar deslocamentos excessivos e assegurar diagnóstico e tratamento em tempo adequado.

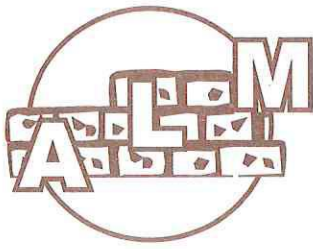
A Região das Missões necessita de uma rede regional de saúde mais forte, articulada e resolutiva, capaz de atender a população com maior proximidade, eficiência e dignidade, especialmente nas áreas em que há maior demora para agendamento e realização de procedimentos.

b) Fortalecimento financeiro e estrutural dos hospitais da Região das Missões

Solicita-se a manutenção e ampliação do apoio financeiro aos hospitais da Região Missioneira, especialmente aos hospitais de pequeno e médio porte, que exercem função essencial no atendimento inicial da população, na estabilização de pacientes, nos atendimentos de urgência e emergência e no encaminhamento adequado aos serviços de maior complexidade.

Essas instituições são fundamentais para evitar a desassistência nos municípios menores, reduzir a sobrecarga dos hospitais regionais de referência e garantir atendimento próximo às comunidades. O fortalecimento da rede hospitalar regional deve ser tratado como política permanente de Estado, com previsibilidade de recursos, incentivo à manutenção de equipes e apoio à melhoria da infraestrutura física, tecnológica e operacional.

c) Retomada dos partos e fortalecimento do atendimento obstétrico no Hospital Roque Gonzales, em Caibaté



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUIS
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

Reivindica-se à Secretaria Estadual da Saúde e ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul a adoção das providências técnicas, regulatórias, administrativas e financeiras necessárias para **viabilizar projeto de adequação e habilitação do Hospital Roque Gonzales, no Município de Caibaté, para a realização segura de partos e demais procedimentos obstétricos compatíveis com sua estrutura e capacidade assistencial.**

O Hospital Roque Gonzales possui relevância histórica e regional no atendimento da população de Caibaté, Mato Queimado e municípios próximos, constituindo importante referência local para a saúde pública. A ausência de atendimento obstétrico no município tem imposto às gestantes o deslocamento para outros centros, especialmente Santo Ângelo, aumentando significativamente os riscos em situações de urgência, diante da distância, do tempo de deslocamento e das condições variáveis de transporte sanitário.

A gravidade da situação tornou-se ainda mais evidente diante da ocorrência recente de **dois partos realizados dentro de ambulâncias, durante o trajeto de Caibaté para Santo Ângelo**, com atendimento prestado por profissionais de enfermagem/técnicos de enfermagem e motoristas da ambulância, em contexto de evidente limitação estrutural para procedimento dessa natureza. Tal realidade demonstra, de forma concreta, que a transferência obrigatória de gestantes em trabalho de parto pode representar risco superior à manutenção de uma estrutura hospitalar local devidamente habilitada, equipada e acompanhada pelos órgãos competentes.

Diante disso, a presente reivindicação não busca afastar as exigências técnicas e sanitárias aplicáveis ao serviço obstétrico, mas justamente o contrário: **solicita-se que o Estado auxilie na construção de uma solução técnica, segura e definitiva**, mediante estudo, projeto, orientação, adequação estrutural, habilitação e apoio financeiro, para tornar o Hospital Roque Gonzales apto à realização dos referidos procedimentos, quando preenchidos os requisitos legais, sanitários e assistenciais.

A retomada do atendimento obstétrico no Hospital Roque Gonzales representa medida de proteção à vida, de humanização do atendimento, de fortalecimento da rede regional de saúde e de respeito à dignidade das gestantes, recém-



nascidos e famílias atendidas pela microrregião.

d) Qualificação da regulação estadual e dos fluxos de atendimento regional

Reivindica-se a qualificação dos sistemas estaduais de regulação, autorização, agendamento e encaminhamento de pacientes, com especial atenção aos fluxos relacionados a consultas especializadas, exames, cirurgias eletivas e procedimentos de maior complexidade.

É necessário garantir maior transparência, agilidade e previsibilidade aos municípios, aos profissionais de saúde e aos pacientes que aguardam atendimento. A melhoria da regulação estadual deve contemplar aperfeiçoamento dos sistemas digitais, comunicação mais eficiente com as secretarias municipais de saúde, atualização de filas, definição clara de referências regionais e fiscalização permanente da oferta de serviços contratualizados.

e) Ampliação do Programa TEAcolhe RS e fortalecimento do atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro Autista

Reivindica-se ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, à Secretaria Estadual da Saúde e aos órgãos competentes a ampliação do Programa TEAcolhe RS, iniciativa voltada ao atendimento integral de pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA e ao suporte de suas famílias, com atenção especial às demandas apresentadas pelo Município de Cerro Largo e pela Região das Missões.

O programa promove o desenvolvimento pessoal, a inclusão social e a cidadania por meio de rede especializada, organizada a partir de Centros Regionais e Macrorregionais, responsáveis pela articulação da rede, capacitação de profissionais e orientação às famílias, bem como por Centros de Atendimento em Saúde, com equipes multidisciplinares voltadas às terapias, cuidados e acompanhamento ao longo da vida da pessoa com TEA. Diante do aumento da demanda por diagnóstico, acompanhamento, terapias especializadas e apoio às famílias, solicita-se a ampliação da cobertura, da

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUIS
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUIS
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

capacidade de atendimento, das equipes técnicas, dos fluxos de referência e dos investimentos vinculados ao TEAcolhe RS, assegurando maior proximidade regional, redução de filas, atendimento humanizado e suporte contínuo às pessoas com TEA nos municípios missioneiros.

2º) INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA, MOBILIDADE REGIONAL E SEGURANÇA VIÁRIA

A infraestrutura rodoviária constitui uma das maiores demandas históricas da Região das Missões. As rodovias estaduais e federais que cortam o território missioneiro são fundamentais para o escoamento da produção agropecuária, o transporte escolar, o deslocamento de trabalhadores, o acesso a serviços públicos, o turismo, a integração entre municípios e o desenvolvimento econômico regional.

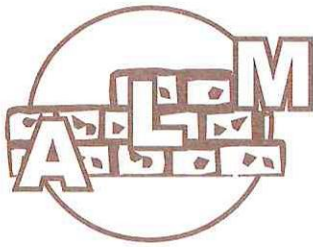
Embora se reconheçam avanços recentes em determinados trechos da malha viária, ainda persistem problemas de conservação, ausência de pavimentação, falta de acostamentos, sinalização insuficiente, pontos críticos de acidentes, necessidade de pontes, trevos, acessos seguros, roçadas, tapaburacos, recapeamentos e dispositivos de controle de velocidade.

Por isso, os legislativos missioneiros reivindicam que o Governo do Estado, o DAER, o DNIT e os demais órgãos competentes adotem medidas concretas e permanentes para garantir uma malha rodoviária segura, eficiente e compatível com a importância econômica e social da Região das Missões.

a) Instalação de redutor eletrônico de velocidade no trevo da BR-285 com acesso à RS-536, no Município de Caibaté

Reivindica-se ao DNIT e aos demais órgãos federais competentes a realização de estudos técnicos e a posterior instalação de **pardal, lombada eletrônica ou outro equipamento eletrônico de controle de velocidade no trevo da BR-285 que dá acesso ao Município de Caibaté e à RS-536**, considerando o intenso fluxo de veículos leves e pesados que transitam diariamente pelo local.

Embora se trate de rodovia federal, cuja competência direta é do órgão federal



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESSEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUÍ
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

responsável, solicita-se também o **apoio institucional do Governo do Estado do Rio Grande do Sul**, da Secretaria de Logística e Transportes e dos órgãos estaduais competentes, especialmente em razão da conexão direta do referido trevo com a **RS-536**, via estadual de ligação regional e de acesso às comunidades locais.

O ponto é reconhecido pela comunidade como local de grande movimentação e elevado risco, com registros de acidentes e permanente preocupação dos moradores, motoristas, passageiros e pedestres que utilizam diariamente o acesso ao município e à região da Linha Caaró. A ausência de mecanismo efetivo de controle de velocidade agrava a insegurança viária, especialmente diante da circulação de caminhões, veículos de passeio, transporte escolar, máquinas agrícolas e demais usuários da rodovia.

Diante desse cenário, a instalação de equipamento eletrônico de controle de velocidade constitui **medida urgente de prevenção, segurança e preservação da vida**, a fim de evitar a ocorrência de novos acidentes e impedir que mais vidas sejam perdidas em um local que já tem causado profunda tristeza e comoção à comunidade caibateense e missioneira.

Assim, requer-se a atuação integrada dos órgãos federais e estaduais competentes para que a demanda seja tratada com prioridade, mediante análise técnica célere e adoção das providências necessárias à implantação de solução adequada, eficiente e permanente de segurança viária no trevo da **BR-285 com acesso à RS-536**, em Caibaté/RS.

b) Manutenção, tapa-buracos e roçada da VRS-832, em Dezesseis de Novembro

Reivindica-se ao DAER a realização de manutenção imediata na **VRS-832**, especialmente com operação tapa-buracos no leito da rodovia, roçada das margens e recuperação dos pontos mais críticos de trafegabilidade.

A VRS-832 é via essencial para a mobilidade local e regional, sendo utilizada por moradores, produtores rurais, transporte escolar, veículos de carga e demais usuários que dependem da rodovia para acesso aos municípios vizinhos e para o escoamento da produção.



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESSEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUÍ
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

A precariedade do pavimento, somada à vegetação nas margens, compromete a segurança viária, reduz a visibilidade e aumenta o risco de acidentes. A Câmara de Vereadores de Dezesseis de Novembro solicitou expressamente que o DAER adote providências quanto à manutenção e roçada da rodovia.

c) Recapeamento da VRS-332, redutores de velocidade e construção de trevo no Limoeiro, em Dezesseis de Novembro

Reivindica-se ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, à Secretaria de Logística e Transportes e ao DAER a realização de recapeamento asfáltico da VRS-332, no trecho compreendido entre a localidade do Arado e o Trevo do Limoeiro, no Município de Dezesseis de Novembro.

Solicita-se, ainda, a instalação de dois redutores de velocidade na entrada do Município de Dezesseis de Novembro, junto à VRS-332, bem como a elaboração e execução de projeto para construção de trevo no Limoeiro, no entroncamento entre a RS-168 e a VRS-332.

As medidas são necessárias para qualificar a trafegabilidade, reduzir riscos de acidentes, organizar o fluxo de veículos e garantir maior segurança a moradores, produtores rurais, transporte escolar, veículos de saúde e demais usuários da rodovia.

d) Manutenção, sinalização e correções de pista na RS-536, acesso ao Município de São Miguel das Missões

Reivindica-se ao DAER a realização de manutenção da RS-536, acesso ao Município de São Miguel das Missões, contemplando pintura viária da pista, colocação de placas indicativas e de sinalização de trânsito, bem como consertos em pontos de declive e irregularidades existentes ao longo do trajeto. A solicitação oriunda do Legislativo Municipal de São Miguel das Missões busca assegurar melhores condições de segurança, orientação e trafegabilidade aos moradores, visitantes, trabalhadores, transporte escolar, veículos de saúde e turistas que utilizam o acesso ao município.

e) Roçada das margens da RS-561, no trecho que liga a RS-168 ao



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESSEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUÍ
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

Município de São Nicolau

Solicita-se ao DAER a realização de roçada e limpeza das margens da **RS-561**, especialmente no trecho que liga a RS-168 ao Município de São Nicolau. A vegetação avançada junto à pista prejudica a visibilidade dos condutores, dificulta a identificação de placas e acessos, compromete o tráfego seguro e amplia o risco de acidentes, sobretudo em trechos de curvas, declives e áreas com circulação de veículos pesados e transporte escolar.

A medida é simples, porém indispensável à segurança dos usuários da rodovia, e deve integrar um programa permanente de conservação das estradas estaduais da Região das Missões.

f) Manutenção urgente da RS-550 entre a RS-561 e o Município de Pirapó, enquanto não concluídas as obras de pavimentação

Reivindica-se ao Governo do Estado e ao DAER a manutenção urgente da **RS-550**, rodovia que liga a RS-561 ao Município de Pirapó, especialmente no trecho situado no Município de Dezesseis de Novembro.

Embora a rodovia esteja em processo de pavimentação asfáltica, enquanto a obra não for concluída é indispensável a realização de manutenção periódica para garantir condições mínimas de trafegabilidade. O trecho encontra-se em mau estado de conservação, afetando diretamente moradores, produtores, transporte escolar, ambulâncias e veículos que utilizam a via para deslocamento intermunicipal.

Solicita-se, ainda, que, caso o Estado não execute diretamente a manutenção, seja avaliada a celebração de convênio com o Município de Dezesseis de Novembro, com o devido repasse de recursos, permitindo que a municipalidade realize os serviços necessários até a conclusão definitiva da obra. Essa demanda consta da proposição encaminhada pela Câmara de Vereadores de Dezesseis de Novembro.

g) Alça viária e acesso seguro na RS-168, Km 116, para a unidade da Coopatrigo, em Roque Gonzales

Reivindica-se ao DAER a realização de análise técnica e posterior execução



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESSEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUÍ
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

de obra viária para implantação de **alça de acesso ou acesso seguro na RS-168, Km 116, no Município de Roque Gonzales**, no trecho que liga São Luiz Gonzaga a Roque Gonzales.

A demanda decorre da necessidade de organizar o tráfego e garantir segurança no acesso à unidade de recebimento da Cooperativa Triticola Regional São Luiz Ltda. — Coopatrigo. O complexo está localizado a aproximadamente 500 metros da rodovia estadual e gera fluxo diário de caminhões pesados e máquinas agrícolas que cruzam a pista para acessar a cooperativa.

Com a expansão da capacidade de armazenagem e recebimento de grãos, o fluxo de veículos de grande porte tende a aumentar significativamente, tornando o trecho ainda mais suscetível a acidentes caso não haja intervenção de engenharia compatível com a nova realidade econômica da região.

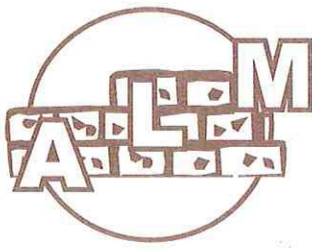
A implantação de acesso seguro é medida estratégica para proteger vidas, organizar o trânsito, garantir segurança aos produtores e motoristas e assegurar infraestrutura adequada ao desenvolvimento da cadeia produtiva regional. Trata-se de reivindicação oriunda do Município de Roque Gonzales, voltada à qualificação da mobilidade e da segurança viária no entorno da unidade cooperativa.

h) Reparo definitivo e recapeamento asfáltico da RS-168, entre o trevo de Roque Gonzales e o entroncamento com a BR-392

Solicita-se ao DAER a execução de **reparo estrutural definitivo e recapeamento asfáltico da RS-168**, no trecho compreendido entre o trevo de acesso ao Município de Roque Gonzales e o entroncamento com a BR-392.

O referido trecho voltou a apresentar péssimas condições de trafegabilidade, com deformações severas, ondulações plásticas e elevações no pavimento, conhecidas popularmente como “lombadas” asfálticas. As intervenções emergenciais realizadas anteriormente não foram suficientes para solucionar o problema, especialmente diante do fluxo contínuo de veículos pesados.

A situação obriga motoristas a realizarem frenagens bruscas e manobras arriscadas, aumentando o risco de acidentes, colisões traseiras e danos



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESSEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUÍ
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

mecânicos aos veículos. Diante disso, reivindica-se solução de engenharia definitiva para a base e a capa asfáltica do trecho, superando medidas apenas paliativas. A solicitação decorre de demanda regional encaminhada ao DAER para qualificação da segurança e da trafegabilidade no trecho.

i) Melhorias de segurança viária no trevo de acesso a Bossoroca e correções no trecho da ponte do Rio Ximbocuzinho, na ERS-168

Reivindica-se ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, à Secretaria de Logística e Transportes e ao DAER a realização de estudo técnico e a implantação de medidas urgentes de segurança viária no trevo de acesso ao Município de Bossoroca, no trecho da ERS-168 no sentido Santiago - São Luiz Gonzaga.

A demanda apresentada pelo Legislativo Municipal de Bossoroca decorre da preocupação regional com o elevado número de acidentes registrados no local, especialmente em razão da velocidade dos veículos e da necessidade de intervenções preventivas e estruturais no acesso ao município.

Solicita-se a avaliação e implantação de redutores de velocidade, lombadas eletrônicas, reforço da sinalização horizontal e vertical, sonorizadores, dispositivos moderadores de tráfego, melhoria da iluminação do trevo e demais adaptações estruturais necessárias à proteção dos usuários da via.

Reivindica-se, ainda, a realização de melhorias no trecho próximo à ponte do Rio Ximbocuzinho, onde há irregularidades relevantes na pista, com asfalto cedido e elevações perigosas que comprometem a segurança e a trafegabilidade.

j) Recuperação e futuro recapeamento asfáltico da VRS-839, acesso à Vila São Francisco, em Cerro Largo

Reivindica-se ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, à Secretaria de Logística e Transportes e ao DAER a inclusão, entre as prioridades regionais de infraestrutura rodoviária, da recuperação e do futuro recapeamento asfáltico da VRS-839, trecho 0010, acesso asfáltico à Vila São Francisco, no Município de Cerro Largo.



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESSEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUÍ
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

O referido trecho possui significativa importância para a mobilidade local, servindo como acesso essencial à comunidade de Vila São Francisco e atendendo diariamente moradores, produtores rurais, trabalhadores, estudantes, transporte escolar, veículos de saúde, prestadores de serviços e demais usuários que dependem da via para deslocamento seguro e eficiente. A deterioração progressiva do pavimento compromete as condições de trafegabilidade, aumenta o risco de acidentes, provoca danos aos veículos e prejudica o desenvolvimento da comunidade atendida. Diante disso, solicita-se a realização de intervenções emergenciais de recuperação, incluindo operação tapa-buracos, correções de base, melhorias de drenagem, sinalização e demais medidas necessárias à segurança viária.

Além das medidas imediatas, reivindica-se que o referido trecho seja incluído no planejamento estadual para recapeamento asfáltico definitivo, garantindo solução duradoura e compatível com a relevância do acesso para a população local e para a integração regional.

Trata-se de demanda apresentada pelo Legislativo Municipal de Cerro Largo, refletindo reivindicação da comunidade local por melhores condições de infraestrutura, segurança e mobilidade.

k) Construção de trevo no entroncamento da BR-285 com a RS-176, em Santo Antônio das Missões

Reivindica-se ao DNIT e aos demais órgãos competentes a elaboração e execução de projeto para construção de **trevo de acesso no entroncamento da BR-285 com a RS-176**, no Município de Santo Antônio das Missões.

O local possui intenso fluxo de veículos leves, caminhões, transporte escolar e maquinário agrícola, configurando ponto de elevado risco viário. A ausência de estrutura adequada para acesso e conversão compromete a segurança dos usuários e dificulta a mobilidade regional.

A construção do trevo é medida necessária para ordenar o tráfego, reduzir acidentes, melhorar o acesso ao município e garantir maior segurança em um dos pontos estratégicos da malha rodoviária regional. Essa demanda foi apresentada pela Câmara Municipal de Santo Antônio das Missões.



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUÍ
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

l) Implantação de faixa de desaceleração e acesso ao Parque de Exposições Lindolfo Jacques Ourique, junto à BR-285

Reivindica-se ao DNIT a implantação de **faixa de desaceleração e acesso seguro ao Parque de Exposições Lindolfo Jacques Ourique**, localizado às margens da BR-285, no Município de Santo Antônio das Missões.

O Parque de Exposições recebe eventos agropecuários, culturais e comunitários de grande porte, com expressiva movimentação de veículos e pedestres, especialmente durante feiras, exposições e atividades regionais. A ausência de estrutura adequada de acesso compromete a segurança viária, dificulta o fluxo no trecho e aumenta o risco de acidentes.

A implantação da faixa de acesso é medida indispensável para garantir segurança aos usuários da rodovia, visitantes, expositores, produtores rurais e comunidade local.

m) Continuidade e conclusão das obras de pavimentação da ERS-176 até Garruchos e manutenção permanente no trecho de Passo Novo

Solicita-se ao Governo do Estado e ao DAER a continuidade e conclusão definitiva das obras de pavimentação asfáltica da **ERS-176 até o Município de Garruchos**, reconhecendo a importância estratégica da rodovia para a integração regional, o escoamento da produção agropecuária, a mobilidade da população e o desenvolvimento econômico da Fronteira Missioneira.

Da mesma forma, reivindica-se a manutenção permanente da ERS-176, especialmente no trecho da localidade de Passo Novo, que frequentemente apresenta problemas de trafegabilidade, desgaste do pavimento e riscos à segurança dos usuários.

A conservação contínua da rodovia é essencial para garantir deslocamento seguro de moradores, transporte escolar, ambulâncias, veículos de carga e produtores rurais.

n) Recuperação, ampliação e modernização da BR-285 como corredor estratégico regional



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESSEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUÍ
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

Reivindica-se a intensificação da articulação institucional junto ao Governo Federal e ao DNIT visando à recuperação estrutural, ampliação e modernização da **BR-285**, reconhecida como um dos principais corredores logísticos, econômicos e turísticos da Região das Missões e do Rio Grande do Sul.

A rodovia exerce papel fundamental no transporte de cargas, circulação de pessoas, acesso a serviços públicos, deslocamento intermunicipal e desenvolvimento econômico regional. Sua melhoria representa medida estratégica para reduzir custos logísticos, aumentar a segurança viária, fortalecer a competitividade regional e estimular o desenvolvimento sustentável das Missões.

o) Apoio à elaboração, viabilização e conserto da Ponte do Piraju, na ERS-165, entre São Luiz Gonzaga e Rolador

Solicita-se ao Governo do Estado e ao DAER apoio técnico e financeiro para elaboração, viabilização, execução de projeto e conserto da Ponte do Piraju, localizada na ERS-165, ligação fundamental entre os Municípios de São Luiz Gonzaga e Rolador.

A ponte é uma demanda regional importante para garantir segurança, mobilidade, integração territorial e desenvolvimento econômico. A ausência de estrutura definitiva limita a plena funcionalidade da ligação rodoviária, prejudica o deslocamento de moradores, produtores e veículos de serviço, além de restringir o potencial logístico da região.

O pedido foi apresentado pela Câmara Municipal de São Luiz Gonzaga como demanda prioritária de infraestrutura e mobilidade regional.

p) Providências complementares, sinalização, limpeza, manutenção e conclusão das estruturas remanescentes da ERS-165

Reivindica-se ao Governo do Estado e ao DAER a adoção das providências complementares necessárias à plena funcionalidade da ERS-165, especialmente quanto à sinalização, limpeza das margens, manutenção permanente, segurança viária, drenagem, roçadas, conclusão de estruturas



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUÍ
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

remanescentes e apoio à viabilização e conserto da Ponte do Piraju, reconhecendo os avanços já realizados na pavimentação e qualificação da rodovia, mas destacando a necessidade de garantir sua utilização segura, contínua e eficiente pela população regional.

q) Avanço e priorização da pavimentação da BR-472, especialmente no trecho entre São Borja e Porto Xavier, passando por Garruchos

Solicita-se ao Governo do Estado que intensifique a articulação junto ao Governo Federal e ao DNIT para priorização do projeto de pavimentação da **BR-472**, especialmente no trecho ainda não pavimentado entre São Borja e Porto Xavier, passando pelo Município de Garruchos.

A pavimentação desse trecho é estratégica para a integração regional, fortalecimento da logística missioneira, desenvolvimento da Fronteira Oeste e conexão entre importantes municípios do noroeste gaúcho. A obra contribuirá para o escoamento da produção, redução de custos de transporte, ampliação da segurança viária e fortalecimento das relações econômicas e turísticas da região.

r) Municipalização da RS-165 no trecho de conexão entre Felipe Camarão e Alceu da Silva Braga, em São Luiz Gonzaga

Reivindica-se ao Governo do Estado e ao DAER a análise de viabilidade e adoção das providências necessárias para a **municipalização do trecho da RS-165 de conexão entre Felipe Camarão e Alceu da Silva Braga**, no Município de São Luiz Gonzaga.

A municipalização possibilitará maior autonomia administrativa ao município para realizar manutenção, melhorias urbanas, investimentos em mobilidade local, adequações de tráfego, sinalização e intervenções necessárias à realidade urbana e comunitária do trecho.

A medida busca permitir gestão mais próxima e eficiente da via, compatibilizando sua utilização com as necessidades locais de mobilidade, segurança e desenvolvimento urbano.



MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESSEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUÍ
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

s) Criação de programa estadual para pavimentação e acessos asfálticos em zonas rurais

Reivindica-se ao Governo do Estado a criação de programa específico voltado à **pavimentação e qualificação de acessos asfálticos em zonas rurais**, contemplando estradas vicinais, acessos a comunidades do interior, rotas de transporte escolar, vias de escoamento da produção agrícola, acessos a propriedades produtivas, agroindústrias, pontos turísticos e serviços públicos essenciais.

A melhoria dos acessos rurais é indispensável para garantir trafegabilidade permanente, reduzir custos de manutenção de veículos, fortalecer a agricultura familiar, facilitar o transporte de estudantes e pacientes, melhorar a logística produtiva e assegurar maior qualidade de vida às famílias do interior.

t) Construção de ponte sobre o Rio Ijuí, ligando Guarani das Missões e Mato Queimado

Reivindica-se ao Governo do Estado a construção de ponte sobre o Rio Ijuí, ligando os Municípios de Guarani das Missões e Mato Queimado, substituindo a atual travessia por balsa.

A obra é estratégica para a integração territorial da Região das Missões, redução de distâncias, escoamento da produção agrícola, transporte intermunicipal e acesso a serviços públicos. A dependência da balsa limita a mobilidade, gera insegurança, aumenta o tempo de deslocamento e representa barreira logística para o desenvolvimento regional.

A construção da ponte é demanda histórica da população local e deve ser tratada como prioridade regional.

u) Construção de ponte sobre o Lajeado do Moinho, em Vitória das Missões

Reivindica-se ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul e aos órgãos competentes a priorização da análise, tramitação e execução do Convênio nº 2025/1574, destinado à construção de ponte sobre o Lajeado do Moinho, no Município de Vitória das Missões.



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUÍ
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

A obra é de extrema relevância para garantir mobilidade, segurança no deslocamento de moradores e produtores rurais, acesso adequado entre comunidades e melhoria no escoamento da produção. A construção da ponte representa medida necessária para fortalecer a infraestrutura rural, reduzir dificuldades de deslocamento e assegurar melhores condições de trafegabilidade à população local.

v) Pavimentação da estrada entre São Nicolau e o distrito de Santo Izidro, com acesso ao Passo do Padre

Solicita-se ao Governo do Estado a viabilização de recursos para pavimentação da estrada que liga o Município de São Nicolau ao distrito de Santo Izidro, especialmente em razão do acesso ao Passo do Padre, local histórico e turístico de grande relevância para a Região das Missões.

A pavimentação do trecho é fundamental para o fortalecimento do turismo cultural e religioso, para o escoamento da produção local e para a valorização do patrimônio histórico missioneiro.

Considerando o contexto das celebrações dos 400 anos das Missões, a melhoria do acesso ao Passo do Padre representa investimento estratégico em infraestrutura turística, memória histórica e desenvolvimento regional.

w) Melhorias em pontes, acessos, trevos, redutores de velocidade, sinalização e segurança viária regional

Reivindica-se a implementação de um programa regional permanente de segurança viária, contemplando instalação de redutores de velocidade, lombadas eletrônicas, trevos, rotatórias, sinalização horizontal e vertical, defensas metálicas, iluminação em pontos críticos, faixas de acesso, faixas de desaceleração, recuperação de pontes e melhorias em entroncamentos rodoviários.

A Região das Missões possui diversos pontos de risco que exigem intervenções preventivas e estruturais. A atuação do Estado e dos órgãos rodoviários deve priorizar locais próximos a escolas, comunidades rurais, trevos de acesso, áreas urbanizadas, parques de eventos, cooperativas,



MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUÍ
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

agroindústrias e trechos com histórico de acidentes.

3º) DESENVOLVIMENTO RURAL, AGRICULTURA, ESTIAGEM, AGROINDÚSTRIAS E APOIO AOS PRODUTORES

A agricultura e a pecuária são pilares da economia missioneira. A Região das Missões possui forte vocação produtiva, com presença expressiva de agricultores familiares, produtores rurais, agroindústrias, cooperativas, cadeias de grãos, leite, carne e produção artesanal de alimentos.

Entretanto, o setor rural enfrenta sucessivos desafios, como estiagens recorrentes, aumento dos custos de produção, endividamento agrícola, burocracia no acesso ao crédito, dificuldades de comercialização, exigências sanitárias e ambientais muitas vezes incompatíveis com a realidade dos pequenos produtores, além de impactos climáticos que comprometem a renda e a permanência das famílias no campo.

Diante disso, os legislativos missioneiros reivindicam políticas públicas mais efetivas, simplificadas e compatíveis com a realidade produtiva regional.

a) Desburocratização do crédito rural, enfrentamento ao endividamento agrícola e apoio institucional ao PL nº 5.122/2023

Solicita-se ao Governo do Estado apoio institucional e articulação junto ao Governo Federal em defesa da desburocratização do acesso ao crédito rural, ampliação dos prazos de carência e pagamento dos financiamentos agrícolas, continuidade das linhas de crédito aos produtores e criação de mecanismos mais adequados à realidade das regiões atingidas por eventos climáticos recorrentes.

Reivindica-se, ainda, apoio do Estado às pautas relacionadas ao endividamento agrícola, especialmente quanto ao avanço das discussões sobre securitização das dívidas rurais e à tramitação do Projeto de Lei nº 5.122/2023, diante dos impactos sucessivos das estiagens e das dificuldades enfrentadas pelos produtores da Região das Missões. Essa demanda consta dos itens encaminhados para a Carta de 2026.

A situação exige sensibilidade institucional, pois muitos produtores acumulam



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESSEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUÍ
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

prejuízos sucessivos sem conseguir recuperar plenamente sua capacidade financeira entre uma safra e outra.

b) Ampliação das políticas públicas de combate à estiagem e incentivo à reservação de água

Reivindica-se a ampliação das políticas públicas estaduais voltadas ao enfrentamento das estiagens, com incentivo à implantação de sistemas de irrigação, reservação de água, açudes, cisternas, microbarragens, manejo hídrico e tecnologias de uso racional da água no meio rural.

A Região das Missões sofre de forma recorrente com a escassez de chuvas, o que impacta diretamente a produção agropecuária, a renda dos produtores, a arrecadação municipal e a segurança econômica das famílias rurais.

Solicita-se, ainda, a revisão e adequação dos procedimentos administrativos e ambientais relacionados à implantação de projetos hídricos, buscando maior agilidade, orientação técnica, segurança jurídica e compatibilidade com a realidade produtiva regional, sem prejuízo da necessária preservação ambiental.

c) Apoio ao Programa IRRIGA+RS e ampliação de investimentos em irrigação na Região das Missões

Reivindica-se ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul o fortalecimento, a ampliação e a priorização do Programa IRRIGA+RS na Região das Missões, com atenção especial aos municípios fortemente afetados pelas intempéries climáticas, estiagens recorrentes e perdas produtivas verificadas nos últimos anos.

O programa, ao possibilitar financiamento com juros reduzidos e períodos de carência para aquisição de pivôs de irrigação, abertura de barragens e implantação de estruturas de reservação de água, representa instrumento estratégico para reduzir a vulnerabilidade dos produtores rurais, ampliar a segurança hídrica e fortalecer a capacidade produtiva regional.

A solicitação oriunda da Câmara Municipal de Vereadores de Guarani das Missões reforça o apelo para que o Estado olhe de forma prioritária para a



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESSEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-JUÍZ
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

Região Missioneira, cuja economia é profundamente impactada pelos eventos climáticos extremos e que necessita de políticas permanentes de irrigação, armazenamento de água e apoio técnico aos produtores.

d) Atualização, simplificação e fortalecimento da legislação aplicável às agroindústrias familiares

Solicita-se ao Governo do Estado e aos órgãos competentes a atualização, simplificação e desburocratização da legislação aplicável às agroindústrias familiares, de modo a permitir maior viabilidade operacional, ampliação das possibilidades de comercialização e fortalecimento das cadeias produtivas locais.

As agroindústrias familiares geram emprego, renda, sucessão rural e valorização da produção missioneira. Contudo, muitas enfrentam dificuldades para cumprir exigências excessivamente complexas ou incompatíveis com sua escala de produção.

Reivindica-se que o Estado amplie o apoio técnico, sanitário, documental e financeiro aos municípios e produtores, fortalecendo o Sistema de Inspeção Municipal, os consórcios regionais e a comercialização intermunicipal de produtos inspecionados.

e) Revisão dos critérios de dano humano para homologação de decretos de emergência climática

Reivindica-se aos órgãos estaduais competentes a revisão dos critérios utilizados para homologação de decretos de emergência e calamidade pública relacionados a eventos climáticos extremos, especialmente estiagens prolongadas.

Os critérios atuais muitas vezes exigem comprovação de danos humanos diretos, dificultando a homologação de situações em que, embora não haja dano humano imediato e visível, existem severos prejuízos econômicos, produtivos e sociais aos municípios, produtores rurais e famílias do campo.

A realidade missioneira demonstra que a estiagem compromete lavouras, pecuária, abastecimento, renda familiar, arrecadação municipal e continuidade



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESSEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUÍ
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

da atividade produtiva. Por isso, é necessário que os critérios técnicos considerem de forma mais ampla os impactos econômicos, produtivos e sociais causados pelos eventos climáticos extremos.

f) Revisão do percentual de royalties aplicado aos produtores rurais

Apoia-se a reivindicação dos produtores rurais quanto à necessidade de revisão do percentual de **7,5% aplicado sobre royalties**, especialmente diante da realidade econômica enfrentada pelo setor agrícola.

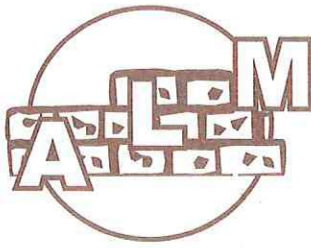
Os produtores rurais desempenham papel fundamental no desenvolvimento econômico, na geração de renda e na produção de alimentos. Contudo, os elevados custos de produção, somados às dificuldades climáticas, oscilações de mercado, endividamento e demais encargos do campo, comprometem a rentabilidade e a continuidade das atividades agrícolas.

Reivindica-se sensibilidade das empresas, entidades e órgãos competentes para que promovam a revisão dos valores cobrados, buscando índice mais equilibrado e compatível com a realidade do produtor rural, assegurando maior equilíbrio entre inovação tecnológica, viabilidade econômica e permanência do homem no campo. A demanda foi encaminhada em moção de apoio da Câmara Municipal de Mato Queimado.

4º) EDUCAÇÃO, TRANSPORTE ESCOLAR E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

A educação é elemento essencial para o desenvolvimento regional e para a permanência dos jovens nos municípios missioneiros. Em uma região marcada por extensas áreas rurais, longas distâncias e forte presença da agricultura familiar, o transporte escolar possui papel decisivo para garantir acesso, permanência e igualdade de oportunidades aos estudantes.

Os municípios missioneiros enfrentam altos custos para executar o transporte escolar, especialmente em rotas do interior, com estradas longas, dispersão territorial e necessidade de atendimento regular a comunidades afastadas. Por isso, é indispensável que os programas estaduais sejam adequados à realidade local.



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESSEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUÍ
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

a) Garantia permanente do transporte escolar para alunos da Escola Técnica Estadual Achilino de Santis

Reivindica-se ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, à Secretaria Estadual da Educação e aos órgãos competentes a garantia permanente e efetiva do transporte escolar destinado aos estudantes da **Escola Técnica Estadual Achilino de Santis**, em Santo Antônio das Missões, especialmente no atendimento das rotas urbanas e do interior utilizadas pelos alunos do curso técnico agropecuário.

A instituição possui relevância histórica, educacional e econômica para a Região das Missões, formando jovens ligados à realidade rural e contribuindo para o desenvolvimento técnico da agropecuária regional.

Garantir transporte escolar adequado significa assegurar acesso à educação profissional, permanência estudantil e oportunidade de qualificação aos jovens missioneiros. A demanda foi encaminhada pela Câmara Municipal de Santo Antônio das Missões.

b) Readequação do Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar — PEATE à realidade dos municípios missioneiros

Solicita-se ao Governo do Estado e à Secretaria Estadual da Educação a readequação do **Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar — PEATE**, observando as particularidades territoriais, geográficas e operacionais dos municípios missioneiros.

Municípios com extensas áreas rurais, longas distâncias, estradas vicinais, alto custo de combustível, manutenção de veículos e dispersão populacional necessitam de critérios de financiamento compatíveis com sua realidade.

Reivindica-se que o PEATE considere de forma mais justa os custos efetivos suportados pelos municípios, garantindo suporte adequado para a continuidade, eficiência e qualidade do transporte escolar; especialmente aos estudantes residentes no interior.

5º) SEGURANÇA PÚBLICA, PROTEÇÃO DO MEIO RURAL E COMBATE AO



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESSEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUÍ
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

ABIGEATO

A segurança pública é condição essencial para a cidadania, a tranquilidade social e o desenvolvimento econômico das comunidades. Na Região das Missões, além das demandas urbanas, há forte preocupação com a segurança no meio rural, especialmente diante da extensão territorial dos municípios, da distância entre propriedades, da circulação em estradas do interior e da ocorrência de crimes que afetam diretamente a atividade produtiva.

O combate ao abigeato, aos furtos em propriedades rurais e aos delitos que atingem produtores exige presença efetiva das forças de segurança, ampliação de efetivo, equipamentos adequados, veículos, inteligência, patrulhamento rural e integração entre órgãos públicos.

a) Ampliação do efetivo da Brigada Militar em Santo Antônio das Missões e fortalecimento do combate ao abigeato

Reivindica-se ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, à Secretaria de Segurança Pública e ao Comando da Brigada Militar a ampliação do efetivo policial na região de **Santo Antônio das Missões**, considerando a grande extensão territorial do município, a predominância de áreas rurais e a necessidade de fortalecimento do policiamento ostensivo no interior.

A medida é especialmente necessária diante da recorrência de ocorrências relacionadas ao **abigeato**, delito que impacta diretamente a atividade pecuária, gera insegurança no meio rural e provoca prejuízos econômicos expressivos aos produtores.

Solicita-se, ainda, a ampliação das ações de patrulhamento rural, uso de tecnologias de monitoramento, integração entre municípios e reforço das estruturas de atendimento policial, garantindo resposta mais rápida e efetiva às comunidades do interior. A demanda consta dos itens encaminhados para a Carta das Missões 2026.

b) Instalação de Delegacia de Polícia Civil no Município de Rolador

Reitera-se a reivindicação pela instalação de uma Delegacia de Polícia Civil no Município de Rolador, considerando que a ausência de unidade própria



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

compromete o atendimento à população, dificulta o registro de ocorrências, prejudica a apuração de delitos e obriga deslocamentos a municípios vizinhos. A instalação da delegacia representa medida de fortalecimento institucional, acesso à justiça, proteção aos direitos dos cidadãos e ampliação da presença do Estado na Região das Missões.

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESSEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUÍ
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

c) Fortalecimento da segurança pública regional e integração das forças policiais

Reivindica-se ao Governo do Estado a ampliação de investimentos em segurança pública na Região das Missões, contemplando aumento de efetivo, renovação de viaturas, equipamentos, tecnologias de comunicação, videomonitoramento, patrulhamento rural e integração entre Brigada Militar, Polícia Civil, municípios e comunidades.

A segurança pública deve ser tratada de forma regionalizada, considerando as especificidades dos municípios de pequeno porte, das comunidades rurais e das áreas de fronteira e divisa intermunicipal.

6º) TURISMO, CULTURA, 400 ANOS DAS MISSÕES E INFRAESTRUTURA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Região das Missões é patrimônio histórico, cultural, espiritual e turístico do Rio Grande do Sul. O legado missioneiro, vinculado à presença dos povos originários, à atuação dos Jesuítas, à formação histórica do Estado e à identidade cultural regional, constitui ativo estratégico para o desenvolvimento econômico e social dos municípios.

O ano de 2026 possui especial relevância em razão das celebrações dos **400 anos das Missões Jesuíticas**, marco que deve ser acompanhado de investimentos concretos em infraestrutura turística, acessos, sinalização, preservação patrimonial, eventos culturais, qualificação urbana, divulgação institucional e integração dos roteiros missioneiros.

As comemorações não devem se limitar ao aspecto simbólico, mas deixar legado permanente para a região.



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-LUÍS
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

a) Apoio estadual às celebrações dos 400 anos das Missões Jesuíticas

Reivindica-se ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul apoio institucional, financeiro e técnico às ações comemorativas dos 400 anos das Missões Jesuíticas, contemplando eventos culturais, roteiros históricos, atividades educativas, divulgação turística, preservação patrimonial, infraestrutura urbana e qualificação dos acessos aos principais pontos turísticos da região.

O marco histórico deve ser tratado como oportunidade estratégica para projetar a Região das Missões no cenário estadual, nacional e internacional, fortalecendo o turismo cultural, religioso, educativo e de experiência.

b) Fortalecimento dos roteiros turísticos missioneiros e melhoria da sinalização regional

Solicita-se a implantação e qualificação da sinalização turística e rodoviária nos municípios missioneiros, especialmente nos acessos a sítios históricos, igrejas, museus, parques, monumentos, comunidades tradicionais, pontos de memória, balneários, roteiros religiosos e espaços culturais.

A ausência de sinalização adequada prejudica a experiência dos visitantes, dificulta a integração dos roteiros e reduz o potencial econômico do turismo regional. A sinalização deve ser padronizada, informativa, bilíngue quando necessário e integrada à identidade visual das Missões.

c) Apoio à implantação e conclusão de projetos turísticos e culturais regionais

Reivindica-se apoio do Governo do Estado para implantação, conclusão e fortalecimento de projetos turísticos e culturais nos municípios missioneiros, incluindo parques, pórticos, centros de atendimento ao turista, espaços de memória, áreas de lazer, infraestrutura de eventos e equipamentos culturais.

Devem ser priorizados projetos com capacidade de gerar fluxo turístico regional, fortalecer a identidade missioneira, movimentar a economia local e criar oportunidades de renda para empreendedores, artesãos, produtores, guias, comunidades e setores vinculados ao turismo.



MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESSEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUÍ
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

d) Qualificação dos acessos turísticos estratégicos, especialmente ao Passo do Padre

Reitera-se a necessidade de qualificação dos acessos a pontos turísticos estratégicos, especialmente ao **Passo do Padre**, no Município de São Nicolau, local de relevância histórica para a formação das Missões e do Rio Grande do Sul.

A pavimentação e melhoria dos acessos turísticos são indispensáveis para receber visitantes com segurança, impulsionar o turismo cultural e religioso e garantir infraestrutura compatível com a importância histórica da região, especialmente no contexto dos 400 anos das Missões.

e) Preservação e manutenção do Ponto de Memória Missioneira - Manancial Missioneiro, em São Miguel das Missões

Reivindica-se ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em articulação com o Município de São Miguel das Missões, órgãos competentes e instituições ligadas à preservação histórica e cultural, a viabilização, preservação e manutenção do Ponto de Memória Missioneira - Manancial Missioneiro.

O espaço, constituído pelo seu fundador e reconhecido pela comunidade local, possui expressiva relevância histórica e cultural para São Miguel das Missões e para a Região Missioneira, sendo local de valorização das tradições, da memória, da identidade missioneira e do legado cultural regional.

A preservação do Manancial Missioneiro representa medida de respeito à história local, de fortalecimento do turismo cultural e de proteção de um espaço simbólico associado à memória e às tradições da Região das Missões.

7º) INFRAESTRUTURA COMUNITÁRIA, ESPORTIVA E URBANA

A qualificação dos espaços comunitários, esportivos e urbanos integra a agenda de desenvolvimento regional, pois fortalece a convivência social, amplia oportunidades de lazer, melhora a infraestrutura pública e contribui para a segurança e a qualidade de vida da população.

a) Apoio à infraestrutura esportiva, comunitária e de drenagem urbana em



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

Vitória das Missões

Reivindica-se ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul e aos órgãos competentes a priorização da análise e tramitação dos convênios apresentados pelo Município de Vitória das Missões, especialmente o Convênio nº 2024/0135, destinado à construção de banheiros e arquibancadas no campo poliesportivo municipal, bem como o convênio vinculado ao programa de drenagem urbana.

A construção de banheiros e arquibancadas qualificará o uso do campo poliesportivo, proporcionando melhores condições para atletas, estudantes, famílias e comunidade em geral, fortalecendo o esporte, o lazer, a integração social e a convivência comunitária.

Da mesma forma, a tramitação célere do convênio vinculado à drenagem urbana é medida necessária para prevenir alagamentos, melhorar a infraestrutura pública, ampliar a segurança da população e garantir melhores condições de vida aos moradores.

8º) ENCAMINHAMENTO INSTITUCIONAL E COMPROMISSO REGIONAL

As demandas aqui apresentadas representam uma agenda conjunta dos legislativos municipais missioneiros, construída a partir da realidade vivenciada pelas comunidades e da escuta dos vereadores, assessores, servidores e lideranças locais.

A Carta das Missões – 2026 consolida reivindicações que ultrapassam interesses isolados de cada município, constituindo pauta regional de desenvolvimento, infraestrutura, saúde, educação, segurança, agricultura, turismo e fortalecimento dos serviços públicos.

Os vereadores missioneiros reafirmam o compromisso de acompanhar a tramitação, execução e resposta institucional a cada uma das demandas apresentadas, mantendo diálogo permanente com o Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Secretarias Estaduais, DAER, DNIT, TCE/RS, órgãos federais e demais instituições competentes.

Dessa forma, a Associação dos Legislativos das Missões – ALM, em nome dos legislativos municipais da Região Missioneira, requer que as

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUÍ
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES



ASSOCIAÇÃO DOS LEGISLATIVOS DAS MISSÕES

postulações constantes desta Carta sejam recebidas, analisadas e encaminhadas com prioridade, sensibilidade política e compromisso administrativo, em respeito à relevância histórica, produtiva, social e cultural das Missões para o Estado do Rio Grande do Sul.

MUNICÍPIOS INTEGRANTES

BOSSOROCA
CAIBATÉ
CERRO LARGO
DEZESSEIS DE NOVEMBRO
ENTRE-IJUÍ
EUGÊNIO DE CASTRO
GARRUCHOS
GIRUÁ
GUARANI DAS MISSÕES
MATO QUEIMADO
PIRAPÓ
PORTO XAVIER
ROLADOR
ROQUE GONZALES
SALVADOR DAS MISSÕES
SANTO ÂNGELO
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES
SÃO LUIZ GONZAGA
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
SÃO NICOLAU
SÃO PAULO DAS MISSÕES
SÃO PEDRO DO BUTIÁ
SETE DE SETEMBRO
UBIRETAMA
VITÓRIA DAS MISSÕES

Porto Alegre, RS., em 28 de maio de 2026.

LUIZ CARLOS MEDEIROS DE SOUZA (KAKAIO)
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS
LEGISLATIVOS DAS MISSÕES – ALM